

Confira o balanço do primeiro ano de trabalho
do inédito Ministério dos Povos Indígenas

2023

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-presidente da República

Geraldo Alckmin

Ministra de Estado dos Povos Indígenas

Sonia Guajajara

Secretário executivo

Eloy Terena

Ficha técnica do relatório

Coordenação

Leonardo Otero

Chefe de Comunicação do Ministério dos Povos Indígenas

Redação e conteúdo

Tânia Caliari

Talita Perna

Ilustração

SauloMetria

Projeto Gráfico

Luciano Oliveira

Sumário

Introdução	04
Direitos territoriais e proteção das Terras Indígenas	06
Emergência Yanomami.....	07
Demarcação.....	07
Desintrusão.....	07
Gabinetes de Gestão de Crise	08
Bases de proteção e sistema de monitoramento das TIs	08
Política participativa e articulação com movimento indígena	09
Articulação institucional	10
Agenda do Clima	11
Gestão Ambiental, Territorial e Conservação	13
Memória Indígena – Justiça de Transição	14
Língua e cultura.....	14
Educação	15
Cidadania.....	16
Saúde e saneamento.....	17
Segurança alimentar e geração de renda baseada na sócio economia	17
Conclusão.....	20



Introdução

Em seu primeiro ano de existência, o MPI colocou a população indígena na pauta nacional

Ministério dos Povos Indígenas articulou políticas públicas e direitos, e trabalhou pelo reconhecimento e visibilidade dos povos originários como parte fundamental da sociedade brasileira

Em 2023, pela primeira vez em sua história, o Brasil vivenciou a criação e a estruturação do Ministério dos Povos Indígenas, órgão responsável por acolher mais de 1,6 milhão de pessoas, dependentes de uma política indigenista digna e participativa, transformando experiências seculares em políticas reparatórias e direitos reconhecidos.

Nesse período, a prioridade do MPI foi avançar nos processos de demarcação de Terras Indígenas, principal demanda dos povos originários do país. A atuação do Ministério se estendeu aos mais diversos setores das políticas públicas, com iniciativas para as áreas da cultura, educação e memória; cidadania; segurança alimentar; saúde e saneamento; gestão territorial, ambiental e para conservação; trato da população indígena migrante e transfronteiriça, entre inúmeras outras.

Em 2023, a pauta do clima ocupou espaço considerável na atuação do MPI e nas

concepções das políticas públicas indigenistas, em reconhecimento ao protagonismo dos povos indígenas na proteção do meio ambiente e da biodiversidade, fator essencial para frear as crescentes mudanças climáticas que ameaçam a vida no planeta.

O MPI trabalha conjuntamente com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), como entidade vinculada. O órgão vem sendo fortalecido e, em 2024, terá 502 vagas preenchidas com a realização de concurso público, sendo 30% das oportunidades destinadas a candidatos indígenas.

O Ministério dos Povos Indígenas executa suas ações por meio de três secretarias: a Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas, que possui o Departamento de Proteção Territorial e de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, e o Departamento de Demarcação Territorial; a Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas, com seus departamentos de Promoção de Política Indigenista e de Línguas e Memórias Indígenas; e a Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena, com mais dois departamentos, de Justiça Climática e de Gestão Ambiental, Territorial, e de Promoção do Bem Viver Indígena.

A “Cartilha Balanço do MPI” em 2023 apresenta as principais informações sobre programas e projetos conduzidos pelo Ministério durante o ano. Foram 365 dias de muito trabalho direcionado a populações de todas as regiões do país, com foco na missão de “efetivar os direitos dos povos indígenas, reflorestar mentes e aldear o Estado para a promoção do bem viver”.

Boa leitura!

Missão

Efetivar os direitos dos povos indígenas, reflorestar mares e aldear o Estado para a promoção do bem viver.

Visão

Ministério dos Povos Indígenas consolidado no âmbito do Estado, da sociedade brasileira e da comunidade internacional e reconhecido como instância na formulação e coordenação da política indigenista, assegurando o protagonismo indígena.

Valores

Autonomia e protagonismo indígenas

Promover a participação indígena nos espaços institucionais e na construção de políticas públicas e processos de tomada de decisão, respeitando sua autonomia nos aspectos socioculturais e ambientais e seu direito à autodeterminação.

Territorialidade e bem viver

Compreender o território indígena como espaço de vida integral, unindo seres humanos, natureza e espiritualidade e apontando modelos de envolvimento, respeito e proteção.

Sustentabilidade e bens comuns

Reafirmar o compromisso com os modos de vida indígenas e com a proteção da

biodiversidade e dos bens comuns da natureza essenciais ao equilíbrio ambiental, visando a superação das desigualdades num contexto de emergências climáticas.

Ancestralidade e saberes tradicionais

Respeitar os saberes tradicionais e práticas ancestrais como frutos das cosmologias e das espiritualidades dos povos indígenas, para que os territórios sejam berço da existência plena da pluralidade dos seres e da diversidade dos povos, promovendo diálogo intercultural e inspirando soluções em prol da vida no planeta.

Diversidade de povos, gênero, geracional e pessoas com deficiência

Garantir o compromisso com a participação plena da diversidade dos povos, mulheres, LGBTQIAPN+, infância, juventude, idosos e pessoas com deficiência nas políticas públicas voltadas para os povos indígenas.

Escuta e participação indígena

Promover a escuta atenta e qualificada de demandas das lideranças, povos e organizações indígenas e a participação social, garantindo o respeito aos processos de consulta livre, prévia e informada.

Integridade na gestão

Observar os princípios da legalidade, eficiência, ética, transparência e integridade na gestão do Ministério.



1. Direitos territoriais e proteção das Terras Indígenas

Entendendo que a segurança e realização dos povos indígenas estão totalmente vinculadas à demarcação e garantia de seus territórios, o MPI se empenhou nos processos demarcatórios, de desintrusão e de proteção e monitoramento das Terras Indígenas no país.

1.1 Emergência Yanomami

O ano de 2023 começou com o desafio de atender à crise sanitária e humanitária que atingiu o povo Yanomami, que teve suas terras invadidas por garimpeiros ilegais, que, durante anos, levaram doenças, desestruturação social, e violência às comunidades, além de profunda degradação ambiental com desmatamento e contaminação dos cursos d'água e do solo.

As ações para o enfrentamento da crise Yanomami envolveram vários órgãos e ministérios e compreenderam:

- Criação do Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária na Terra Indígena Yanomami.
- Mobilização de 1850 profissionais da saúde que fizeram mais de 13 mil atendimentos.
- Distribuição de mais de 32 mil cestas básicas ao longo do ano.
- Fornecimento de ferramentas agrícolas, kits de pesca e a construção de casas de farinha.
- Reabertura de sete polos-base para fiscalização e proteção territorial.
- Reforma de pistas de pouso no território em cooperação com a INFRAERO, e controle do espaço aéreo da TI.
- Retirada dos garimpeiros do território Yanomami, com a atuação da Funai, Forças Armadas e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), com redução dos alertas de garimpo, a prisão de invasores e a destruição de centenas de acampamentos, máquinas, aeronaves e outras estruturas da mineração ilegal.

O trabalho de desintrusão é desafiador e continua em andamento, tendo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião ministerial em dezembro, determinado que os órgãos federais intensifiquem as ações de proteção ao povo indígena Yanomami e de combate ao garimpo ilegal na região a partir de janeiro de 2024.



1.2 Demarcação

A demarcação de Terras Indígenas (TIs) está assegurada no artigo 231 da Constituição Federal e é uma demanda histórica do movimento indígena. O MPI se empenhou para avançar nos processos demarcatórios por meio das seguintes iniciativas:

- Estabelecimento pela Funai de 34 Grupos de Trabalho de identificação e delimitação de TIs.
- Levantamento da situação de todos os processos demarcatórios já iniciados.
- Homologação de oito Terras Indígenas em seis estados da Federação nos primeiros oito meses de governo.
- TIs homologadas:
- TI Arara do Rio Amônia e TI Rio Gregório, no Acre;
- TI Kariri-Xocó, em Alagoas;

- TI Uneixi e TI Acapuri de Cima, no Amazonas;
- TI Tremembé da Barra do Mundaú, no Ceará;
- TI Avá-Canoeiro, em Goiás; e
- TI Rio dos Índios, no Rio Grande do Sul.

O governo federal destinou ainda a gleba São Pedro como parte do processo de regularização da Terra Indígena Kanela do Araguaia, em Mato Grosso; e partes das glebas Afluente e Bom Lugar para regularização parcial da Terra Indígena Valparaíso, no Amazonas.

Em outros esforços demarcatórios, o MPI assinou acordo com o governo do Ceará para avançar na demarcação de quatro TIs no estado, e a criação de Comissão Externa para acompanhar a delimitação da TI Kapôt e Nhinore.

A garantia territorial protege a existência dos povos indígenas, seu futuro, sua cultura e modos de vida. Protege também todo o ecossistema e o planeta.

- As Terras Indígenas correspondem a 23% da área da Amazônia, mas nelas ocorrem somente 2% do desmatamento da região.

1.3 Desintrusão

No mesmo sentido de garantir o direito territorial dos indígenas e retirar invasores das terras já demarcadas, o MPI faz parte do Comitê Interministerial de Coordenação, Planejamento e Acompanhamento das Ações de Desintrusão de Terras Indígenas

que elaborou o plano de desinrusão de 32 TIs e coordenou as seguintes operações a partir de determinações judiciais:

- TI Alto Rio Guamá: Operação iniciada em maio com a retirada pacífica e voluntária de população não indígena que ocupava ilegalmente parte do território, no Pará. No fim de junho, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, participou da cerimônia de restituição da TI aos povos Tembé, Timbira e Kaapor.
- TI Ituna-Itatá: Operação em agosto para a retirada de rebanho bovino da área demarcada no município Senador José Porfírio, no Pará.
- TI Apyterewa e TI Trincheira Bacajá: Operação de desinrusão teve início em setembro, também no estado do Pará, e em dezembro as equipes de segurança concluíram o processo de revista final e retirada das famílias não indígenas, e intensificaram o trabalho de inutilização das estruturas ilegais e resgate de animais abandonados. As operações resultaram na diminuição drástica do desmatamento, com queda de 93,7% do desmatamento na região, no período entre outubro e dezembro, em comparação ao mesmo período de 2022.
- Participam das operações de desinrusão, o MPI, a Secretaria Geral da Presidência da República, a Secretaria de Comunicação Social, Funai, Incra, Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Forças Armadas, Ministério Público Federal, ABIN, CENSIPAM, AGU, além de órgãos estaduais.



1.4 Gabinetes de Gestão de Crise

Ao longo de 2023, o MPI acompanhou de perto outros conflitos territoriais e de violação de direitos dos povos indígenas, com a criação de gabinetes de crise para monitorar as violentas disputas por terra que atingem os povos Pataxó e Pataxó da Hähähäe, no sul da Bahia, e a situação de violação de direitos humanos do povo Guarani Kaiowá, na região sul de Mato Grosso do Sul.

O MPI criou também um Grupo de Trabalho para propor ações do governo federal para coibir as atividades ilegais e a presença de organizações criminosas na região do Vale do Javari, no Amazonas, local do brutal assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips em 2022.

1.5 Bases de proteção e sistema de monitoramento das TIs

Ainda na área de segurança territorial e de proteção às comunidades, o MPI e a Funai têm buscado aprimorar os sistemas de monitoramento das TIs, tendo apresentado projetos para:

- Reestruturação das Bases de Proteção Etnoambiental (Bapes) e das Coordenações Regionais da Funai com recursos do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de mais de R\$ 150 milhões

- Estabelecimento de Unidade Avançada de Segurança Indígena (UASI) para segurança na Amazônia brasileira, com investimento de R\$60 milhões, também do BNDES
- Monitoramento das TIs a partir de painel online (dashboard) desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Seleção por edital de projetos para atender à Estratégia Nacional para Mitigação e Reparação dos Impactos do Tráfico de Drogas sobre Territórios e Populações Indígenas, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Apresentação, em conjunto com a Funai, de projeto ao Fundo Amazônia destinado à reestruturação da fundação, incluindo reformas das unidades, aquisição de veículos e equipamentos, reestruturação do Sistema de Informação Indigenista, formação de servidores, e apoio a projetos comunitários.



2. Política participativa e articulação com movimento indígena

O MPI buscou ampliar a participação indígena na concepção e execução de políticas públicas voltadas para seus territórios e para sua gente em todos os biomas. Entre as ações do MPI para promover a participação indígena estão:

- A recriação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), órgão paritário formado por membros do governo, lideranças e organizações indígenas responsável pelo controle social da elaboração e execução das políticas públicas.
- Eleição dos 30 representantes dos povos indígenas no CNPI durante a Caravana Participa, Parente!, que teve sete etapas realizadas nos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco, Distrito Federal, e no Rio de Janeiro.
- A instituição do Grupo de Trabalho (GT) de Juristas Indígenas que se dedicou à análise do Estatuto do Índio, de 1973, que reconhece apenas parcialmente a capacidade civil dos indígenas. Sob a ótica da advocacia indígena, o GT apresentou propostas para uma nova lei, o Estatuto dos Povos Indígenas, para superar a legislação baseada na ideia de tutela do Estado aos indígenas.
- Coordenação do Grupo de Trabalho sobre a Consulta Livre, Prévia e Informada durante a XII Consulta Pública Regional sobre Participação dos Povos Indígenas nas Políticas

Públicas do Mercosul, no qual se discutiu a efetivação dos mecanismos de consulta nos moldes da Convenção n.º 169 da OIT.

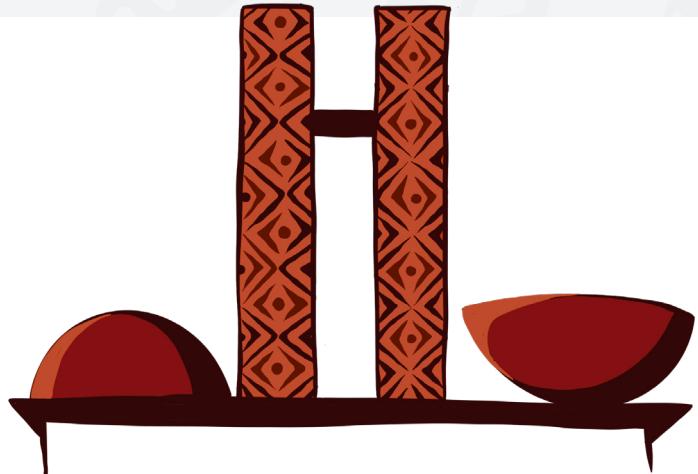
- Co-organização da III Marcha das Mulheres Indígenas que reuniu, em setembro, lideranças e ativistas do mundo todo em Brasília.
- Participação do MPI em reuniões e fóruns indígenas como a Comissão Guarani Yvyrupa- CGY; a IV Reunião do Fórum de Lideranças da Terra Indígena Yanomami; a II Assembleia do Instituto Aritana na Terra Indígena do Xingu; a 10ª Reunião de Governança da Associação do Território Xingu – ATIX; a Grande Assembleia do Povo Guarani, Aty Guasu, no Mato Grosso do Sul, além de encontros com lideranças de diversas TIs e povos indígenas em suas localidades e em Brasília.

Para além do diálogo direto com os indígenas, o MPI promoveu reuniões e audiências com governadores, prefeitos, vereadores, secretários municipais e estaduais, deputados estaduais e federais.

A ideia foi sensibilizar políticos e administradores locais sobre o fato de que os indígenas são cidadãos de seus estados e municípios, e devem ser atendidos em suas demandas por saúde, educação, cultura, moradia, saneamento, e outros direitos também pelos poderes locais.

3. Articulação institucional

O MPI manteve ativa interlocução institucional com parlamentares nacionais



e internacionais, ministros, embaixadores, secretários, superintendentes, presidentes de autarquias e de companhias estaduais e municipais, incluindo as seguintes atividades:

- Apresentação a deputados e senadores de cartilha com projetos do Ministério para serem financiados por meio de recursos de suas emendas parlamentares.
- Participação em reuniões de frentes parlamentares e em audiências públicas, além de debates e seminários no Congresso Nacional.
- Participação em comitês interministeriais, como o Comitê para a Promoção de Políticas Públicas para a Proteção dos Povos Indígenas, lançado em setembro.
- Participação na Caravana Federativa 2023 promovida pelo governo federal que reuniu agentes de mais de 30 ministérios com o objetivo de apresentar os programas federais para prefeitos, secretários municipais e gerentes municipais de convênios.
- Participação e promoção do seminário “Povos Indígenas e

Direito Originário: 35 anos da Constituição Federal” que discutiu o importante papel da Carta de 1988 na consolidação dos direitos indígenas e na construção de um país pluriétnico.

4. Agenda do Clima

Diante das crescentes evidências de que o modo de vida dos povos indígenas e sua forma de gestão da natureza são parte importante da solução para a crise climática que o Brasil e o mundo têm enfrentado, em 2023 o MPI se dedicou à promoção da pauta climática, organizando e participando de vários eventos, além de engajar sua equipe nas respostas aos impactos dos eventos extremos sobre as comunidades indígenas. Entre as atividades do MPI voltadas para a agenda do clima se destacaram:



- Participação nas reuniões organizativas dos Planos de Mitigação e Planos Setoriais de Adaptação às Mudanças Climáticas, com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), e nas

oficinas da Comunicação Nacional dos Inventários de Emissão, coordenadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

- Estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para a gestão de riscos e de desastres em territórios indígenas, e para a formação de agentes indígenas para prevenção, monitoramento e controle de eventos extremos.
- Posse como membro do Comitê Gestor do Fundo Clima, gerenciado pelo MMA, e participação na elaboração de edital para projetos socioambientais para redução da vulnerabilidade à mudança no clima.
- Consolidação de parceria com Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e com a Universidade do Porto, em Portugal, para implantar projetos de energia solar em territórios indígenas.
- Formação de Grupo de Trabalho que articulou junto a governos locais o fortalecimento da rede de proteção social às famílias da Terra Indígena Ibirama Laklänõ, em Santa Catarina, duramente afetada pelas enchentes no Sul do país.
- Participação do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Crise Climática na Região Amazônica, agrupamento interministerial que socorreu a população impactada pela severa estiagem no segundo semestre de 2023.

- Coordenação do Grupo de Trabalho Indígena do Gabinete de Crise do Estado do Amazonas, que articulou o plano de distribuição de 35 mil cestas básicas às famílias indígenas.
- Entre os vários outros encontros e debates sobre a questão climática que contaram com a participação do MPI estão o IV Seminário Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e Mudanças Climáticas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; os seminários do MapBiomas sobre florestas e clima, uso da terra e transição ecológica; a oficina virtual “Mudanças Climáticas no contexto dos Povos Indígenas” voltada para a juventude indígena do Ceará, solicitada pela Arquidiocese de Fortaleza, além de eventos internacionais como a Convenção da Diversidade Biológica em Genebra, na Suíça, e organização e participação nos Diálogos Amazônicos e na Cúpula da Amazônia, em agosto, em Belém (PA), com delegações dos Países Amazônicos.
- Participação da ministra Sonia Guajajara de intensa programação na Semana do Clima, em Nova Iorque, durante a qual abordou temas como as transformações ecológicas e econômicas da Amazônia; direitos, participação e benefícios dos povos indígenas em programas ambientais, e também a liderança das mulheres nas ações climáticas e na proteção ambiental.



Participação na COP 28

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, COP 28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, entre o final de novembro e início de dezembro, contou com a maior delegação indígena do Brasil e do mundo todo da história das COPs.

- O MPI promoveu eventos e participou de diferentes debates, incluindo eventos paralelos e fóruns de alto nível que reuniram ativistas, negociadores e autoridades governamentais de diversos países.
- Pela primeira vez uma indígena, a ministra Sonia Guajajara, assumiu a liderança da Delegação do Brasil na COP, coordenando os trabalhos gerais e buscando a aproximação do movimento indígena com as esferas de decisão.

- A ministra promoveu uma histórica reunião entre os negociadores oficiais do governo brasileiro na Conferência, quadros dos ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, com os representantes das associações indígenas brasileiras, que tiveram a oportunidade de compreender melhor os temas e processos da COP e apresentar reivindicações.
- O encontro apontou a necessidade de qualificação dos indígenas do mundo todo, e uma maior abertura política, para a participação ativa dos povos originários nos processos de tomada de decisões globais.
- dessa política de planejamento e manejo das terras indígenas, e de suas principais ferramentas, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs).
- Os PGTAs estão sendo desenvolvidos em conjunto com as comunidades indígenas para que sirvam de guia para o manejo de seus territórios.
- Grande parte dos conhecimentos e modos de vida de cada povo estão na base dos PGTAs.
- O primeiro PGTa foi lançado em julho na TI Tremembé da Barra do Mundaú, no Ceará, e ao longo do ano foram feitas novas escutas junto às comunidades indígenas para a elaboração de novos planos.

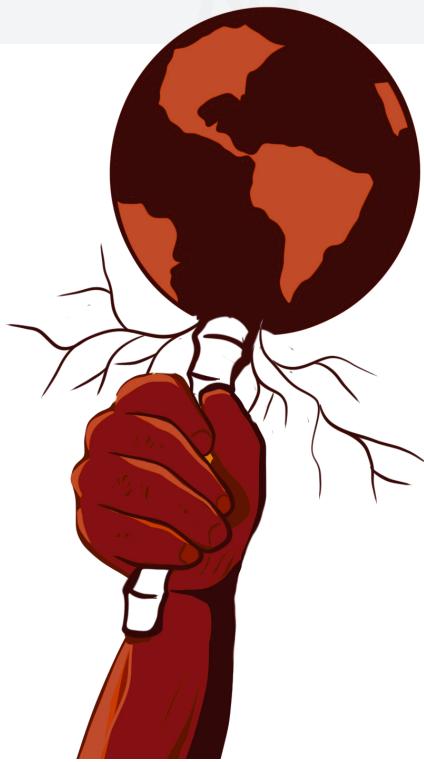


5. Gestão Ambiental, Territorial e Conservação

Durante o Abril Indígena, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra Sonia Guajajara assinaram o decreto de instituição do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), sinalizando a retomada

No plano da conservação, o MPI passou a fazer parte da Comissão-Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa – CONAVEG, articulando para manter e inserir terras indígenas como prioridade do Plano de Recuperação de áreas degradadas e nativas no Brasil. O MPI também se juntou ao MMA e a outras entidades para planejar o combate ao desmatamento no bioma Cerrado.

Acreditando na capacidade de concepção e gestão de projetos pelas comunidades indígenas, o MPI articulou para que fossem destinados recursos do Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES, para o projeto de Gestão Territorial da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ), no Acre, no valor de R\$33,6 milhões. O projeto terá gestão direta dos indígenas e prevê ações coordenadas em 13 TIs da região onde vivem mais de 11 mil indígenas de 14 povos.



6. Memória Indígena – Justiça de Transição

O MPI trabalhou para inserir a memória indígena como parte da memória social brasileira como primeiro passo para a reparação de violações a direitos praticados por empresas e pelo Estado contra os povos indígenas ao longo da história, atuando na:

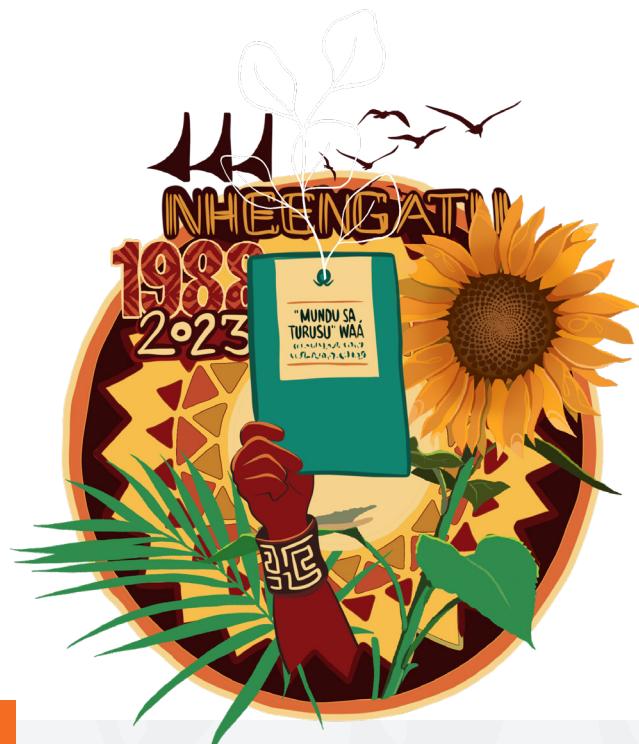
- Realização do Seminário Cultura e Justiça de Transição Indígena, no qual se discutiram aspectos simbólicos e jurídicos dessa reparação.
- Articulação para a instauração de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade em parceria com os ministérios dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial e da Justiça e Segurança Pública.
- Elaboração do projeto de Gestão da Documentação Histórica dos Povos Indígenas.
- Articulação com o Arquivo Nacional e o Arquivo da Funai para a criação de uma Política Institucional de Memória.

Tratando do registro e reparação de violações recentes, o MPI tomou parte da comitiva da Câmara Federal que percorreu os territórios indígenas atingidos pelo rompimento das barragens em Mariana e em Brumadinho, em Minas Gerais, para a escuta dos povos Guarani, Tupiniquim e Krenak. O relatório da comitiva subsidiou a Comissão Externa de Fiscalização da Repactuação do Acordo de Brumadinho (CEXMABRU), da Câmara dos Deputados.

7. Língua e cultura

Sendo a década de 2022 a 2032 a Década Internacional das Línguas Indígenas instituída pela ONU, o MPI deu grande ênfase ao reconhecimento e à preservação das línguas dos povos indígenas do Brasil.

- Lançamento da Constituição Federal traduzida para o Nheengatu, a língua mais falada na região amazônica e conhecida como tupi moderno, num projeto liderado pela então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber.



- Apoio à cooficialização de línguas vigentes, com a tradução de 15 leis para 29 línguas indígenas.
- Diálogo com os Departamentos de Linguísticas das universidades para a criação de centros de altos estudos de línguas indígena.

Outra iniciativa cultural do MPI foi a formação do Grupo de Trabalho para instituir medidas para a repatriação de artefatos e objetos sagrados indígenas que estão em museus no exterior, como o manto Tupinambá, indumentária ritualísticas, que, depois de três séculos em solo dinamarquês, voltará ao Brasil em janeiro de 2024.



8. Educação

No campo da educação, o MPI se empenhou em iniciativas como:

- Publicação de livros didáticos para apoiar a inserção escolar do Povo Warao.
- Articulações para a criação da Universidade Indígena com o lançamento da pedra fundamental do Centro de Saberes Tukán do povo Guajajara, no Maranhão, que poderá vir a ser o embrião de uma universidade.
- Incentivo à formação de profissionais indígenas para o magistério no Programa Residência Indígena.
- Contribuição para o Edital Atlânticas do Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência, que vai oferecer 45 bolsas de estudo de doutorado e pós-doutorado no exterior para mulheres indígenas, pretas, quilombolas e ciganas.
- Articulações para a criação de dois cursos de Agroecologia Intercultural pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) voltados para os povos do Pantanal e para o povo Guarani Kaiowá.
- Articulação com a Universidade de Brasília para a criação de curso de Direito voltado a estudantes indígenas.



9. Cidadania

Em busca de consolidar a cidadania indígena no país, o MPI elaborou vários projetos e ações para a inclusão social dos cidadãos e cidadãs indígenas, atuando na:

- Formulação de Portaria Ministerial destinada a orientar os agentes do Estado no atendimento dos indígenas em contextos urbanos, ribeirinhos, rurais, migrantes, refugiados e transfronteiriços.
- Elaboração em parceria com a Organização Internacional para Migrações (OIM) e a ONU de curso à distância (EAD) para a formação de servidores e agentes públicos para lidar com indígenas refugiados, transfronteiriços e em migração no país.
- Criação do Projeto Tekojoja, em parceria com Ministério da Justiça e Segurança Pública, com ações voltadas para a ressocialização de indígenas encarcerados no Mato

Grosso do Sul em conformidade com a tradicionalidade e costumes dos Guarani Kaiowá.

- Assinatura de protocolo com a Caixa Econômica Federal, juntamente com os ministérios das Mulheres e da Igualdade Racial, instituindo o Programa Diversidade para o enfrentamento ao preconceito e à discriminação no espaço corporativo.
- Criação, também em cooperação com o Ministério da Mulher, do programa “Mulher Guardiã” que pretende mapear e combater as ocorrências de violência contra mulheres indígenas nos territórios.

O MPI tem atuado em mais de 30 Conselhos, Comitês e Grupos de Trabalhos Interministeriais para a promover direitos sociais das pessoas indígenas, incluindo a infância, a juventude e a população **LGBTQIAPN+** indígena, tendo estabelecido um Painel situacional dos determinantes sociais dos povos indígenas e uma parceria com Observatório das Infâncias Indígenas (OPOI) da Universidade de Brasília.



10. Saúde e saneamento

Na área da saúde, o MPI trabalhou de forma integrada com o Ministério da Saúde e com a Funai em vários projetos e propostas.

- Discussões em torno da “Determinação Social e HIV/Aids em Povos Indígenas” e análises do perfil das notificações de tuberculose junto aos Povos Indígenas, e do perfil das notificações de violência interpessoal e/ou autoprovocada na Juventude Indígena para compreensão dessas ocorrências e elaboração de medidas e políticas públicas.
- Monitoramento da ocorrência da tuberculose entre a população indígena pelo painel online (dashboard) de Monitoramento da Tuberculose e Outras Doenças Determinadas Socialmente (CIEDS) em Indígenas no Brasil desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Produção da cartilha “Na Trilha da Informação: perguntas e respostas sobre a contaminação de mercúrio”, que amparou o debate dos representantes brasileiros na Conferência da Convenção de Minamata, tratado internacional que busca o controle do mercado e do uso de mercúrio, que ocorreu em outubro em Genebra.

Diante dos dados que apontam que mais da metade da população indígena sofre com a falta de água potável e 70% não têm esgotamento sanitário, o MPI atuou nas seguintes iniciativas:

- Participação do Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Saneamento Indígena, coordenado pela Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde.
- Articulação com a Sesai e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para a elaboração de novos editais do Programa Cisternas para territórios indígenas.
- Articulação, juntamente com outros ministérios, para encontrar novas possibilidades e tecnologias para o acesso à água potável para as comunidades indígenas na Amazônia.



11. Segurança alimentar e geração de renda baseada na bioeconomia

Para promover a segurança alimentar dos povos indígenas e a geração de renda nos territórios, o MPI articulou várias iniciativas com outros ministérios e instituições, como:

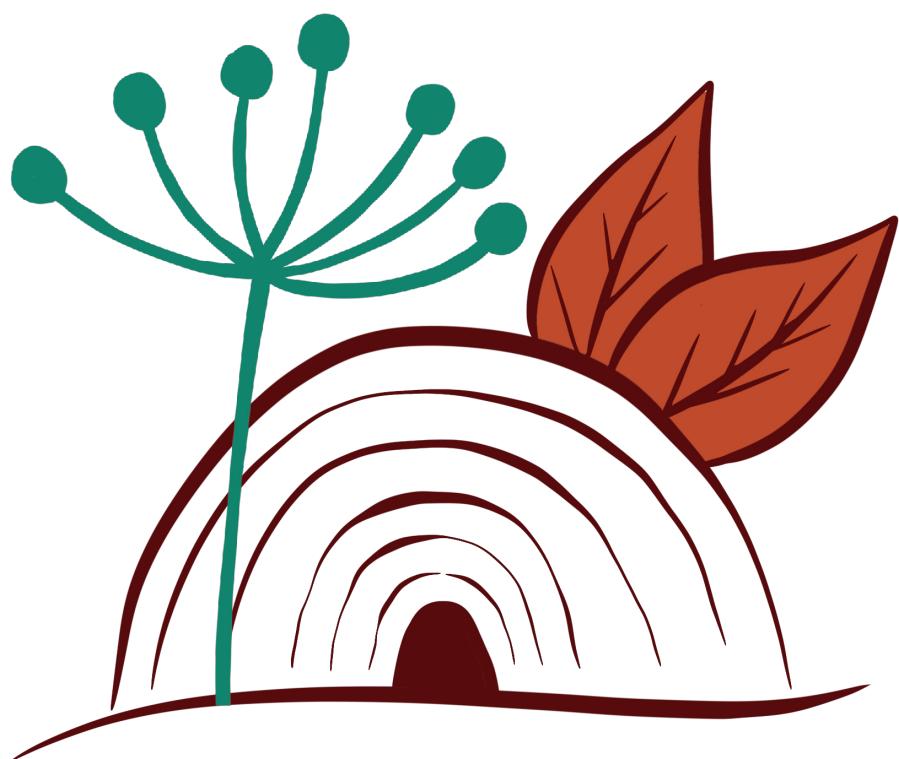
- Articulação junto ao MDS do reforço de R\$ 40 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA) Indígena para garantir a entrega de alimentação saudável em aldeias de 15 estados (Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Tocantins).
- Articulação para a desburocratização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do PAA para facilitar a atuação de comunidades indígenas produtoras de alimentos, no sentido de possibilitar a compra de seus produtos pelos dois programas e escoamento de sua produção.
- Elaboração de edital para o Programa de Fortalecimento da Agroecologia e apoio aos Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas (ATAIs) nos biomas Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado.
- Participação no 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia, que teve a presença de 48 povos indígenas de todo o Brasil que deliberaram pela realização de Encontro Nacional de Agroecologia Indígena em 2024.
- Acompanhamento de ação da Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena em Oiapoque, no Amapá, para manejo e combate da mosca da carambola e praga na cultura da mandioca, a partir de Acordo de Cooperação Técnica, envolvendo a Funai, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e Embrapa.
- Articulação para a construção de normativas para uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para povos indígenas que considerem os conhecimentos e saberes tradicionais e a atuação de equipe formada por profissionais indígenas;
- Participação na construção do Comitê Gestor do Programa Rotas do Etnoturismo Indígena na Amazônia, em parceria com Funai, Embratur, ministérios do Turismo e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.
- Participação na construção da Política Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia no Contexto da Transformação Ecológica, coordenada pelo MMA.
- Elaboração, em parceria com MDA e Funai, do Selo Indígenas do Brasil, de identificação de origem étnica de produtos produzidos por pessoas físicas ou jurídicas indígenas.



Depois de seu primeiro ano de governo, o MPI superou e segue trabalhando em grandiosos desafios que refletem a luta dos povos indígenas ao longo dos últimos cinco séculos, contra invasões e explorações de seus corpos e territórios, para serem reconhecidos e respeitados como os primeiros habitantes das terras do Brasil também portadores de direitos.

Os povos indígenas são detentores de conhecimentos, tradições e cosmovisões diversas, originais e o Ministério dos Povos Indígenas atua na construção de políticas públicas que respeitem e protegem essas especificidades.

Partindo da estruturação e da experiência de gestão adquirida até aqui, as ações e articulações do MPI continuarão firmes nessa direção em 2024. Nunca mais um Brasil sem nós!



Contatos

📞 +55 (61) 2022-1278 / 2020-1480

✉️ mpi.ascom@povosindigenas.gov.br

🌐 www.gov.br/povosindigenas

📷 @minpovosindigenas

𝕏 @mpovosindígenas

